

CRISE AMBIENTAL E AS ASSOCIAÇÕES DE PERMACULTURA ORGÂNICA

Thales Silvério Hausner de Macêdo¹

Orientador: Rafael Lazzarotto Simioni²

Resumo: A pesquisa está em andamento e tem como questão central analisar a crise ambiental e suas alternativas; Esta crise se mostra presente nos dias de hoje e será analisada na pesquisa sobre a perspectiva do saber ambiental de Enrique Leff e na perspectiva de Manuel Castells, no estudo dos tempos dentro de uma sociedade em rede. Á partir da crítica dos autores, demonstrar a permacultura orgânica como uma das alternativas da crise ambiental, analisando suas associações no conceito decisores/afetados e no conceito de acoplamento estrutural dentro da teoria dos sistemas de Niklass Luhmann. Por fim, construir uma análise descritiva da “Certificação Participativa”, instrumento de certificação exclusivamente brasileiro que permite aos permacultores uma auto-certificação, excluindo-lhes a burocracia estatal e dando-lhes união regional.

1. Introdução

Não há como negar que a sociedade contemporânea vive um momento de crise. Esta crise estrutural e sistêmica se mostra clara em vários ramos dos sistemas. O estudado para o presente trabalho e talvez o mais importante (ou o mais urgente) parece ser o sistema ambiental. A crise em volta desse sistema, tem se perpetuado ao longo das últimas décadas como um desafio no mundo atual.

Os meios aos quais houve tentativas para frear o desenvolvimento insustentável parece não surgir efeito quando nos deparamos com o

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas e bolsista pela FAPEMIG.

² Pós-Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de Coimbra, Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestre em Direito pela UCS, Professor do Programa de Mestrado em Direito da FDSM e Pesquisador-Líder do Grupo de Pesquisa Margens do Direito (PPGD/FDSM).

conhecimento de que o planeta está cada vez mais perto de uma catástrofe natural em nível de destruição. Os modelos clássicos para rompimento da crise não surgem efeito, a modo de haver uma dicotomia entre progresso econômico e progresso ambiental.

No entanto, surge, o que parece ser uma alternativa para o crescimento travestido de sustentabilidade. Esta alternativa, portanto, não surge das instituições governamentais/políticas, que hoje deveriam nos dar os conteúdos programáticos. Esta surge, no ambiente de “baixo” da sociedade e à margem dos que as instituições apresentam. Se efetiva como uma nova filosofia de vida e também uma nova forma de tempo, aonde se prevalece um futuro não tão próximo em uma visão não cronológica e não intemporal. Esta nova “visão” dispõe a necessidade da economia e outros sistemas se adequarem a lógica da natureza e não ao contrário como ocorre nos dias de hoje.

Dentro dessa nova perspectiva de conceito de luta ambiental, aparece alguns movimentos que são necessários para perpetuação de tal visão. Dentro deles, os permacultores orgânicos vêm ganhado destaque, tanto no Brasil quanto no mundo todo. Estes sujeitos têm ganhado um espaço de protagonismo na luta ambiental, pois mesclam técnicas antigas dos agricultores locais junto à pesquisa científica e suas tecnologias. Com essa insurgência, se faz necessário que os próprios permacultores sejam decisores das tomadas de decisões que venham a afetá-los, em caráter institucional, tanto através de leis de incentivo e nas prioridades da execução dos planos governamentais.

Já que os coloco como alternativa, se faz muito importante na presente pesquisa a análise das associações destes permacultores orgânicos. Junto à teoria dos sistemas de Niklass Luhmann, investigaremos o modo como são regidas, sua auto-organização, o acoplamento com as demais instituições e seus procedimentos buscando a legitimidade. Também se faz importante, a análise da “certificação participativa”, legislação exclusivamente brasileira, na qual os permacultores auto certificam-se, excluindo-se assim das burocracias e impedimentos desnecessários formulados pelo Estado, dispondo o cooperativismo e a união regional dos trabalhadores do campo.

2. Crise Ambiental

Apesar das ciências serem imprescindíveis na luta por um meio ambiente equilibrado, não é preciso suporte técnico/científico para percebermos que o planeta e sua geografia estão mudando. Nos dias de hoje, já podemos perceber a olho nu em consequência no próprio cotidiano que já há sim uma crise ambiental podendo ser tomado como exemplo a escassez de água para consumo em que o Brasil vive hoje principalmente no ano de 2015.

Segundo Leff³ esta crise se torna evidente nos anos 60 por conta da racionalidade e dos paradigmas teóricos que legitimaram o “progresso econômico”. Este progresso têm negado e excluído a natureza, gerando de fato tal crise. Ainda segundo Leff⁴ há um predomínio de uma razão tecnológica em contraposto a organização da natureza. À partir daí surge uma idéia de “desconstrução do paradigma econômico” e tem como alternativa um progresso fundado nas “leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na coletividade humana”, surgindo a idéia de “ecologizar a economia” na tentativa de eliminar o contraposto entre crescimento econômico e preservação da natureza⁵ surgindo a partir daí um discurso de desenvolvimento sustentável.

Contudo, tal discurso sustentável se assemelha mais com um discurso econômico neoliberal clássico com uma roupagem de sustentabilidade. Isto é, os mecanismos do mercado ainda prevalecem à razão ecológica. Isto acontece porque o neoliberalismo não é capaz de uma autocrítica para enfatizar que o problema ambiental começa e termina em seu próprio âmbito, fazendo-se com que a natureza de adéqüe a lógica do capital e não vice-versa.⁶

Antes de chegar há uma alternativa ao que foi estabelecido, é válido lembrar que o movimento ambientalista em seu aspecto é dividido em alguns grupos, que apesar da existência de diferenças ideológicas, há em sua frente um interesse comum de preservação da natureza.⁷ Contudo, existem os

³ LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 4 ed. Tradução de Lucia Mathilde Endliche Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 15

⁴ Ibidem. p. 17

⁵ Ibidem. p. 18

⁶ Ibidem. p 20-19

⁷ CASTELLS, Manuel. *O poder da indentidade. Vol. II*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2009, p. 146

conflitos e desavenças destas correntes. Castells⁸ faz uma síntese dos principais temas do movimento ambientalista.

O primeiro deles é a relação contraposta dos movimentos ambientalistas com a ciência e a tecnologia. Apesar de ser fundamental, as duas últimas apresentam um papel ambíguo no pensar ambiental. Se por um lado "há uma profunda descrença nos benefícios proporcionados pela tecnologia avançada" por outro há confiança nos resultados dos métodos tecnológicos (sofisticação de análise, coleta, interpretação e divulgação) além do movimento ambientalista normalmente contar com quadros de cientistas em geral vinculados ao movimento.⁹

O segundo problema é o ambientalismo ter por base a ciência, mesmo esta por hora sendo ruim para o interesse do movimento. A problemática se compõe pois nem sempre a ciência age em nome da natureza. Por vezes, ela faz o papel controverso, cujo os interesses se baseiam no industrialismo, no capitalismo, na tecnocracia e na burocracia. Embora há a crítica, mesmo esta, é necessário que ambientalismo se utilize da ciência para fazê-la, em nome da vida acima da ciência. Porém o que se estabelece aqui não é a falta da busca pelo conhecimento, e sim uma visão "holística" que vai para além da ciência.¹⁰ Para Leff¹¹ a tecnologia teria um discurso sustentável e por sua vez contraditório, já que com a vontade de se manter um sistema econômico sustentado, a máquina anularia a lei natural que a cria, tentando melhorar o que é fruto do próprio sistema produtivo, asserugando assim a vida deste próprio sistema que deflaga a natureza.

A estrutura social imposta aparece como o terceiro problema apresentado por Castells. Esta nova estrutura social se apresenta em uma sociedade em rede. O sistema de poder ainda prevalece, em um controle de dominação. Esta dominação, faz-se com que os espaços locais ambientais possam ser usufruídos por interesses meramente "externos" e nada "ambientais". Para este problema, é necessário o uso da prevalência do comunismo local e a participação do cidadão. "A democracia de bases populares é o modelo político

⁸ Ibidem. p.155

⁹ Op. Cit. p. 155

¹⁰ Ibidem p. 155

¹¹ Op Cit. p. 27

implícito na maioria dos movimentos ecológicos", afirma Castells¹²

Para entendermos o quarto problema que Castells analisa se faz necessário a distinção de 3 formas temporais: A primeira, cronológica, por um programa pré determinado, que é característico do industrialismo, tanto capitalista quanto estatal. Outra forma é a intemporal, quando o paradigma informacional e a sociedade em rede, em consequência da imediatividade da rede, faz-se com que a primeira forma supracitada tenha "perturbação sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos" dando uma descontinuidade na cronologia. Há também uma terceira forma temporal que é denominada de "tempo glacial", que é justamente onde o movimento ambientalista se encaixa, que tem a lógica da integração do seres humanos e a natureza, sendo que desta relação contenha um caráter a longo prazo. Qualquer mudança nas estruturas e mecanismos básicos da natureza, far-se-á um desequilíbrio natural. É é neste terceiro tempo que o movimento ambientalista se reúne, ao se exigir das instituições que desenvolvam o tempo desta maneira, explicitando o ritmo lento das evoluções do ser humano em seu ambiente excluindo assim uma visão cronológica do tempo.¹³

Este novo tipo de pensamento e forma de enxergar um tempo, se choca com o Nacionalismo, no sentido de que não há uma cultura uniforme enquanto os espaços não forem compartilhados. Apesar disto, para Castells¹⁴, os ecologistas são ao mesmo tempo localistas e globalistas: "Globalistas na maneira de tratar o conceito de tempo, Localistas na maneira de tratar o conceito de espaço".

É neste tipo de insurgência, que mais que um novo movimento, é um nova maneira de enxergar espaço/tempo, com uma perspectiva a longo prazo que inclui um contato interno com a natureza, qual o movimento ambientalista se encontra hoje.

Nas palavras de Leff¹⁵ há uma construção de outra racionalidade para além da racionalidade econômica, A chamada por ele de racionalidade produtiva, na qual e tem suas bases na "sustentabilidade ecológica, equidade social e diversidade cultural", comunidades que gerem seu patrimônio ecológico e

¹² Op Cit p. 156

¹³ Op. Cit. p. 157-159

¹⁴ Ibidem p. 159

¹⁵ Op. Cit, p 54,55

cultural, resgatando assim valores, saberes, e práticas ao gerir seu ambiente. Esta racionalidade está insurgindo diferentes sujeitos sociais que visam a reaproximação social da natureza, como os grupos indígenas e camponeses, que acoplam desde a auto-gestão da biodiversidade a biotecnologias culturais segundo Hobbelink, Leff, citado por Leff.¹⁶

Para Castells¹⁷ este movimento contemporâneo é uma "nova identidade como espécie" para os seres humanos. Esta identidade apenas se daria por um vínculo global. Porém, para o autor, ainda há certos problemas táticos para quem ainda não vive neste plano "cosmológico" e a dificuldade do ambientalismo estaria no problema da união de diferentes culturas para uma forma de encher o ambientalismo. "É preciso para esta cultura verde que tenhamos ternura e subversão:"

"E estamos em confronto direto com a dissilusão do significado nos fluxos do poder sem rosto que constituem a sociedade em rede. A cultura verde, na forma proposta por um movimento ambientalista multifcatário, é o antídoto à cultura da virtualidade real que caracteriza os processos dominantes da nossas sociedades"¹⁸

(Castells, p.160)

3. Decisores e Afetados pela Decisão

Visaremos o risco através de dois lados: Dos decisores e dos afetados pela decisão; Para tanto, temos em primeiro momento que adentrar no comportamento do risco nas Organizações. E como diz o próprio Luhmann¹⁹ para falarmos em organizações precisamos enxergar o mundo em uma diferente perspectiva, com fórmulas próprias das construções destes sistemas. Nessa visão, encontramos tanto as fórmulas normais quanto fórmulas distintas,

¹⁶ Ibidem p 54,55

¹⁷ Op Cit. p. 159

¹⁸ Op. Cit, p.160

¹⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociología Del Riesgo*. 1 ed. Tradução de Silvia Pappé, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Guadalajara: p. 134..

como a de ter medo das desgraças, analisando-as e as evitando.

Teremos em mente então, que as organizações são dirigidas por indivíduos, e que os indivíduos detêm preferências individuais. A sociologia por sua vez tem o papel de controlar as diferenças de opiniões mas se mostra frágil na distinção das formas de sistema, sociedade e organização. A sociologia das organizações tem sido vista como uma “sociologia especial”, fazendo do seu entorno o próprio objeto e não dialogando com a sociedade e com o que a rodeia. No entanto, tanto as organizações, como a sociedade “produzem sua própria unidade por meio da reprodução recursiva das comunicações”, comunicações estas que devem ser vistas como a investigação, como a prática política, como um paciente sendo tratado, ou também, como uma transação e uma modificação da aplicação do direito.²⁰

Sendo a sociedade um sistema autopoietico,²¹ em um sistema as operações são tomadas através de decisões e transformam-se através de decisões. E estas decisões requerem tomadas futuras de outras decisões. A decisão, conseqüentemente leva a outras tomadas de decisões. Como, então, embora há indícios de uma decisão acertada, não dá uma maneira perfeita e previsível ter certeza de uma decisão tomada. Há de se concluir então, que toda comunicação se transforma em um risco. E para os afetados, que não participam da decisão, um perigo.

Pensando neste problema, há estratégias a serem feitas, dentre elas de observar as competências e atribuições e também as não competências e não atribuições. Tornar as decisões públicas ou escondê-las; dificultando ou facilitando a reconstrução, mas de modo de as “tornarem cúmplices”.²²

Os aspectos burocráticos estão presente em uma decisão; Porém o risco é avesso as “surpresas” apresentadas na linguagem burocrática. Para enfrentar esses problemas, o que recomenda para as organizações é de diluir uma decisão em uma variedade de decisores, devendo haver um lapso temporal para o reconhecimento do risco na medida do possível, podendo se dizer que

²⁰ LUHMANN, Niklas. *Sociología Del Riesgo*. 1 ed. Tradução de Silvia Pappé, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Guadalajara: p. 134

²¹ LUHMANN, Niklas. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis, RJ. P.113

²² LUHMANN, Niklas. *Sociología Del Riesgo*. 1 ed. Tradução de Silvia Pappé, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Guadalajara: p. 136.

as dúvidas são menores quando as decisões são tomadas coletivamente. Os problemas que sairão dos riscos sempre vão dar vida a novos riscos. São conseqüências da “Autopoiése” que por sua vez também ajuda a ela mesma com as transformações.

Em um paralelo sob a ótica das organizações, agora buscando compreender o risco como um todo, como por exemplo, nos meios sociais e na política, percebemos a necessidade da totalidade de elementos assumirem e correrem o risco; não o perigo; pois este passa a não existir, tendo em vista que todos os afetados pela decisão seriam também decisores, assumindo uma eventual falha no sistema em questão (tanto na sociedade como meio social e quanto na deliberação política representativa e participação popular) construindo um ponto de partido conjunto sobre a pluralidade de enfoques presentes na decisão.

Mas como acreditarmos que os afetados pela decisão serão decisores quando parecem não conhecer os meios aos quais efetivamente os levarão a serem incluídos nos processos políticos de decisão, em uma democracia participativa? A inclusão de uma matéria de direito seria ao menos um instrumento para a efetivação da participação política dos cidadãos?

Nos “programas de decisões”, como nomeia Luhmann²³ nos dias de hoje indivíduos não afetados pela decisão tem se reconhecidos como os próprios afetados, mesmo podendo ter um ponto de vista diferente daqueles que vão sofrer com o fato, tendem a dar notoriedade ao que está em questão. Já os afetados aparecem em situação na qual eles não detém o controle e nem tem como agir. Para Luhmann os afetados não devem ser nem designados nem organizados, devem ser representados.²⁴

Beck²⁵ faz uma crítica explicitando que a sociedade de risco está cada vez

²³ LUHMANN, Niklas. *Sociología Del Riesgo*. 1 ed. Tradução de Silvia Pappe, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Guadalajara: p. 86

²⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociología Del Riesgo*. 1 ed. Tradução de Silvia Pappe, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Guadalajara: p. 137

²⁵ BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S.; A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva. In: _____ *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na ordem social moderna*. 1 ed. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 15 - 19

mais sendo decidida conforme uma lógica industrial, e não Social – Política – Econômica. Por outro lado o dinamismo da sociedade de risco gera discussões para as organizações de interesse, o sistema judicial e a política.

5. Resultados Parciais

A crise ambiental, além de insustentável, é inegável. Como também mostra ser inegável que a economia travestida de sustentabilidade não parece nem de perto a saída para tal crise, criando assim uma dicotomia entre progresso econômico e progresso ambiental. No entanto, surge para tal crise uma alternativa, que deve ser vista com mais profundidade. Trata-se de um novo tipo de pensamento, uma nova visão de tempo/espaço, portanto um desafio enorme para quem se acostumou com o tempo cronológico da sociedade industrial e o tempo intemporal da sociedade em rede. Este novo tipo de pensamento aparece no trabalho do que chamados de “permacultores” orgânicos, que visam não só o benefício de um alimento saudável, mas também do equilíbrio ambiental perdido pela sociedade contemporânea. Estes permacultores insurgem e se auto organizam através de associações, cujo é o núcleo principal desta pesquisa. A idéia, no entanto é estudá-las, mesmo que de forma analítica. Vê-las através de dentro e desmembrar suas teias, afim de conhecê-las e buscar a partir delas novas alternativas, como por exemplo de cooperação para uma saída da crise ambiental. Conhecer também a Certificação Participativa, método que permite a certificação através dos próprios agricultores, tirando assim o protagonismo estatal.

6. Referências Bibliográficas

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S.; **A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva.** In:_____ **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na ordem social moderna.** 1 ed. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual

Paulista

CASTELLS, Manuel. **O poder da indentidade. Vol. II.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2009, p. 146

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** 4 ed. Tradução de Lucia Mathilde Endliche Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento.** Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia Del riesgo.**Guadalaraja: Universidad de Guadalajara, 1992

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas.** 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.